

As economias latino-americanas frente ao atual padrão de reprodução de capital

Angela Garofali Patrón ¹
Daniela Schlogel ²

Resumo

O Padrão exportador de especialização produtiva conformado nos últimos anos na América Latina reedita sua condição dependente frente a economia mundial. Os governos progressistas não conseguiram romper com os problemas estruturais da dependência, dado que as leis do capitalismo dependente latino-americano prevaleceram frente a conjuntura favorável na primeira década do século XXI na região. A atração de capital externo e a sensível mudança na pauta exportadora destes países são características do atual padrão de reprodução do capital, que continua acontecendo de forma subordinada e dependente.

Palavras-chave: Dependência, padrão de reprodução do capital e América Latina.

Resumen

El patrón exportador de especialización productiva conformado en los últimos años en América Latina reconfigura el carácter dependiente frente a la economía mundial. Los gobiernos progresistas no consiguieron romper con los problemas estructurales de la dependencia, dado que las leyes del capitalismo dependiente latinoamericano prevalecieron frente a la coyuntura favorable durante la primera década del siglo XXI en la región. La atracción de capital extranjero y la sensible mudanza en la pauta exportadora de estos países, son características del actual patrón de reproducción del capital, que continúa existiendo de forma subordinada e dependiente.

Palabras clave: Dependencia, patrón de reproducción del capital y América Latina.

JEL B51.

Introdução

Este trabalho se baseia na hipótese de que os governos progressistas da região não conseguiram romper com os problemas estruturais da dependência,

(1) Economista. Mestre em Integração Contemporânea da América Latina (PPG ICAL – UNILA). E-mail: angiebm1012@gmail.com.

(2) Economista. Mestre em Integração Contemporânea da América Latina (PPG ICAL – UNILA). Professora da Faculdade Dinâmica das Cataratas (UDC). E-mail: danielaschlogel@hotmail.com.

dado que as leis do capitalismo dependente latino-americano prevaleceram frente à conjuntura de prosperidade da primeira década do século XXI. Para comprovar tal hipótese procura-se explicitar o funcionamento estrutural das economias latino-americanas e em seguida analisar alguns dados sobre sua situação econômica atual.

A partir do final dos anos 1990, devido a crise institucional, política, econômica e social, houve uma virada política na região, representada pela chegada de Hugo Chávez à presidência da Venezuela e seguida da eleição de outros presidentes considerados progressistas. Houve segundo Alvarez (2012, p. 311) uma resposta a “*neoliberalización*” com um giro que compreende a ascensão de governos considerados de esquerda e de centro-esquerda.

Estes governos atuaram através de políticas específicas na busca da melhoria de condições de vida da população. Pode-se observar redução da pobreza, a qual passou de 43,9% para 28,1% do total da população na América Latina, no período 2002-2013³. Porém isso não representa diminuição da desigualdade social, já que estes governos não enfrentaram as reais causas que a produzem. Passados mais de dez anos, não se logrou garantir a todos os cidadãos latino-americanos condições dignas de sobrevivência.

Alvarez destaca que:

en lo esencial se trata de procesos cuya orientación se encuentra en permanente disputa. Para la política social ello implica que, salvo los casos de Venezuela, y en menor medida de Bolivia y Ecuador, no estamos siquiera frente a tímidos intentos de ruptura, sino más bien frente a líneas de continuidad con las políticas asistencialistas impuestas en la región por el neoliberalismo y los organismos multilaterales (Alvarez, 2012, p. 326).

A desigualdade entre classes é inerente ao modo de produção capitalista. Para que este modo de produção exista e se reproduza diariamente, é necessário que exista e se mantenha uma base social na qual uma classe minoritária seja proprietária dos meios de produção e outra majoritária possua

(3) Segundo a Cepal (2014), a população latino-americana em 2013 era de 600,2 milhões, isso significa que o total de pobres representava mais de 168 milhões de pessoas para esse mesmo ano. Já o número de pessoas consideradas em condições de indigência em 2013, mesmo menor que a quantidade de pobres, era igualmente assustador: 70,2 milhões de pessoas!

apenas sua força de trabalho, que deve ser vendida para garantir sua sobrevivência.

O sistema econômico, político e social capitalista surgiu lentamente em um período de vários séculos (Hunt, 2013). Os governos progressistas latino-americanos não atuaram no tombamento das bases da organização deste sistema, por uma série de limitações inerentes ao seu momento histórico. É importante considerar que estes governos desequilibraram momentaneamente as relações de força que existiam anteriormente, mas suas atuações tiveram alcance limitado.

Para entender a complexidade da questão deve-se ater ao funcionamento do sistema capitalista em geral, e das economias dependentes em particular. Por isso, este artigo é organizado da seguinte forma: a primeira seção apresenta o ciclo de reprodução do capital em Marx; a segunda, o ciclo do capital nas economias dependentes, na concepção de Ruy Mauro Marini e, por último, a terceira seção apresenta as economias latino-americanas frente ao atual padrão de reprodução do capital, tipologia elaborada por Jaime Osorio e Nilson Araújo de Souza.

O ciclo de reprodução do capital em Marx

A acumulação originária é o ponto de partida da acumulação capitalista. De acordo com Marx: *“la llamada acumulación originaria no es, por consiguiente, más que el proceso histórico de escisión entre productor y medios de producción. Aparece como “originaria” porque configura la prehistoria del capital y del modo de producción correspondiente al mismo”* (Marx, 2009, p. 893).

Este processo começou no fim do século XIV nas economias européias mediante a expropriação da população rural de suas terras. Os diversos métodos utilizados (como por exemplo, o roubo de terras comunais, a transformação de propriedade feudal em propriedade privada e a própria expropriação de terras da Igreja), incorporaram o solo ao capital, integrando o campo à agricultura capitalista (Marx, 2009). Ao mesmo tempo em que a terra foi incorporada como meio de produção, a população rural, agora expropriada de seu meio de subsistência, ficou à inteira disposição da nascente indústria urbana. A venda da

força de trabalho passou a ser, para a imensa maioria das pessoas, a única possibilidade de sobreviver. Deste modo, o capital não só gerou mão de obra disponível para a indústria, como também gerou mercado consumidor para as mercadorias que essa força de trabalho produzia.

Os processos de colonização na África, América Latina e Índia foram igualmente fundamentais para a acumulação originária na Europa. O avanço das técnicas de navegação permitiu a expansão da dominação colonial, do comércio e do crédito. À medida que o capitalismo passa a ser predominante, as relações sociais deste modo de produção se reproduzem período após período.

Marx elaborou um esquema, em nível abstrato, que permite visualizar as fases do ciclo de reprodução do capital, assim como as formas que o capital assume nesse ciclo. O esquema é o seguinte:

$$D - M (FT+MP) - \dots P \dots - M' - D'$$

Onde:

D = dinheiro

M = mercadoria

FT = força de trabalho

MP = meios de produção

P = produção

M' = mercadoria que contém mais valor

D' = dinheiro aumentado (D inicial + mais-valia)

Sobre as fases do ciclo de reprodução do capital, Marx identifica três: circulação, produção e novamente circulação. O processo global de reprodução do capital aparece como unidade dessas três fases, tornando uma fase mediadora da seguinte, e assim sucessivamente, fazendo da continuidade um aspecto característico do ciclo (Marx, 2009). O capital em seu conjunto só pode ser concebido em movimento, valorizando o valor o tempo todo. Porém, é possível distinguir as figuras ou as formas que assume o capital em cada uma das fases. Quando o capital se encontra na primeira fase de circulação, a magnitude do valor se expressa como capital-dinheiro; na fase de produção, a forma que este

assume é capital produtivo; por último, na segunda fase de circulação, o capital assume a figura de capital-mercadoria.

Pois bem, o ciclo de reprodução começa, necessariamente, com capital-dinheiro, o qual será utilizado para comprar duas mercadorias fundamentais: força de trabalho (FT) e meios de produção (MP). De acordo com Osorio (2012, p. 50) “a compra de força de trabalho pelo capital é o processo mais importante em termos de valorização, já que essa mercadoria é a única que tem a capacidade de gerar um valor extra, superior ao que vale”. Por outro lado, a compra de meios de produção inclui: matérias primas, ferramentas, maquinários, tecnologias, edifícios. Essas duas mercadorias (FT e MP) vão dar início ao processo de produção capitalista, o qual se caracteriza por valorizar o valor, ou seja, criar mais valor no momento em que a força de trabalho interage com os meios de produção.

Esse processo resulta em mercadorias (M'), que devem ser vendidas para realizar a mais-valia (mv) contida nelas. Uma vez vendidas, o capitalista conta, assim como no início do processo, com dinheiro, só que dessa vez a quantidade é aumentada, já que vendeu valores de uso que contém mais valor criado pelo trabalho no processo de produção. Deste modo, o D' está composto pelo D inicial juntamente com a mais-valia criada pelos trabalhadores e apropriada pelos donos dos meios de produção.

Estão dadas assim as condições para se iniciar um novo ciclo do capital. Aqui é onde se apresentam duas possibilidades para o capitalista: ele pode consumir toda a mais-valia apropriada na venda dos valores de uso ou pode consumir apenas uma parte, podendo transformar em capital a outra parte. No primeiro caso, dado que D' estaria composto por $(D + mv)$, e dado que o capitalista consome toda a mais-valia, só resta o montante D (igual ao inicial) para investir no próximo ciclo. Este tipo de reprodução do capital, que é contínuo, periódico, se chama reprodução simples⁴. De acordo com Marx: “el

(4) Por exemplo, se um capitalista começa o processo com 100 unidades monetárias, compra meios de produção e força de trabalho para produzir determinados valores de uso, no final do processo ele vende as mercadorias por 110. Se ele consome 10 unidades monetárias (que correspondem à mais-valia), restam 100, que serão voltadas novamente no seguinte ciclo produtivo. Deste modo, cada ciclo começa com o mesmo montante de capital. Isso significa que, período após período e mantendo a mesma taxa de exploração da força de trabalho, vão se reproduzir as relações sociais que estabelecem o capitalismo, mas de forma simples.

proceso capitalista de producción, considerado en su interdependencia como proceso de reproducción, pues, no sólo produce mercancías, no sólo produce plus valor, sino que produce y reproduce la relación capitalista misma: por un lado el capitalista, por la otra el asalariado” (Marx, 2009, p. 712).

Agora, se o capitalista decide consumir apenas uma parte da mais-valia apropriada, e período após período ele incrementa o montante com o qual inicia o processo (ou seja, o D é cada vez maior), esse tipo de reprodução é denominado por Marx de reprodução ampliada⁵. Pois bem, em geral as economias capitalistas se reproduzem de forma ampliada, ou seja, destinando parte da mais-valia ao seguinte processo de reprodução. Porém, não todas se reproduzem igualmente. A seguinte seção apresentará as especificidades da reprodução do capital nas economias dependentes, em particular as latino-americanas.

O ciclo do capital nas economias dependentes latino-americanas

De acordo com Marini (1972), a forma de inserção ao mercado internacional durante o período colonial, determinou a estrutura econômica dependente da América Latina. O ciclo de reprodução do capital exposto anteriormente apresenta especificidades nas economias dependentes. Para explicá-las, Marini (1979) examina o ciclo destas economias na primeira fase da circulação, na fase da produção/valorização/acumulação e na segunda fase da circulação.

Na primeira fase da circulação é importante, segundo o autor, revelar as fontes do capital dinheiro que iniciará o processo, dado que estas imprimem características específicas no desenvolvimento das outras fases. Essas fontes podem ser: a) capital privado ou investimento privado interno; b) investimento público do Estado, e c) capital estrangeiro. As economias dependentes têm seus ciclos condicionados à entrada de capital estrangeiro. Além disso, a aquisição de meios de produção também acontece majoritariamente no mercado externo.

(5) Seguindo com o exemplo anterior, o D' é 110, só que agora o capitalista consumiria apenas 5 unidades monetárias, restando 105 para o próximo processo produtivo. Supondo que a massa de mais-valia gerada é equivalente ao 10% do capital inicial (D), o novo ciclo produzirá D' 115,5 unidades monetárias ($D=105 + mv=10,5$). O capitalista consumiria novamente 5, restando 110,5 para investir no próximo processo produtivo. É assim como, de modo contínuo, o capital é ampliado ciclo após ciclo.

O que demonstra que na primeira fase da circulação, o processo de reprodução do capital dos países periféricos apareceria em uma condição duplamente dependente: pelo capital-dinheiro e pela compra dos meios de produção. Um dos resultados desse processo será a transferência de valor para o exterior, via pagamento de juros (se o capital for emprestado), lucros (quando for instalado diretamente na economia dependente) e royalties (no caso de adquirir tecnologia no exterior) (Marini, 1979).

Na fase da produção e acumulação também é possível identificar especificidades. O desnível tecnológico existente entre os países avançados e dependentes permite que os meios de produção com mais conteúdo tecnológico, adquiridos no exterior, produzam a um custo abaixo do custo médio das outras unidades produtivas nacionais; permitindo que o capital estrangeiro que produz na economia dependente obtenha um lucro extraordinário. Essas condições de apropriação de mais-valia levarão, segundo Marini (1979), à concentração do capital possibilitando que as empresas mais avançadas tecnologicamente adquiram uma posição dominante na economia dependente. É um processo que segundo o autor conduz a monopolização.

Para compensar tal desvantagem, as empresas mais atrasadas tecnologicamente aumentam a taxa de exploração do trabalhador, pressionando os salários para baixo, inclusive remunerando a força de trabalho abaixo do seu valor. Este fenômeno é caracterizado por Marini (1972) como uma das formas de superexploração da força de trabalho, outro aspecto marcante e fundamental das economias dependentes. De acordo com o autor, *“en los países dependientes, los principales resortes de la acumulación no están vinculadas directamente a la productividad del trabajo, sino más bien a la mayor explotación de la fuerza de trabajo en sí misma”* (Marini, 1972, p. 3). Nesse sentido, Marini (1972) identifica três modalidades de superexploração da força de trabalho: i) aumento da intensidade do trabalho (sem modificar os níveis tecnológicos existentes), ou seja, um mecanismo particular de produção de mais-valia relativa; ii) extensão da jornada de trabalho (produção de mais-valia absoluta); iii) remuneração do trabalhador abaixo do valor da sua força de trabalho, sem que esta baixa remuneração seja acompanhada pela diminuição do valor das mercadorias e serviços que compõem a cesta básica do trabalhador.

Este último mecanismo é considerado por Marini (1972) o mais importante numa economia dependente.

Segundo nosso autor, essa modalidade de superexploração da força de trabalho significa:

no respetar las condiciones técnicas y el costo de los medios de subsistencia para fijar la relación entre el tiempo de trabajo necesario y el tiempo de trabajo excedente, sino tan sólo rebajar la paga del obrero más allá de lo que permitiría su tiempo de trabajo necesario, y convertir el fondo de consumo del obrero en una parte del fondo de la acumulación del capital (Marini, 1972, p. 4).

Estes mecanismos de compensação utilizados pelas pequenas e médias empresas, também favorecem as empresas que operam com lucro extraordinário, já que pagam o salário médio estabelecido na sociedade. Neste sentido, o autor sentencia: “*todos estos mecanismos nos están llevando a un tipo de producción que (...) hace que la capacidad de demanda de los trabajadores sea siempre muy inferior a la que establece la capacidad real de producción*” (Marini, 1972, p. 4). Esta oposição crescente entre produção e consumo é uma das principais características das economias dependentes.

O autor identifica mais dois elementos que caracterizariam o processo de produção nessas economias: a intensificação da formação de um exército industrial de reserva e a dependência da economia periférica ao exterior. O primeiro é resultado da introdução de novas técnicas de produção, gerando uma massa sobranje de operários os quais vão pressionar os salarios para baixo. O segundo, “*lleva a que los sectores productivos y las técnicas que emplean son impuestos muchas veces desde afuera, aunque en función de su dinámica interna*” (Marini, 1979, p. 7).

Na segunda fase da circulação, Marini (1979) defende que há uma separação nessas economias da estrutura produtiva em relação às necessidades de consumo.

Para o autor, a economia dependente

prolonga su producción de bienes de consumo en función de la oferta externa de bienes de capital a la que puede recurrir. Por ello, la importancia de los bienes de consumo en la segunda etapa de la

circulación es mayor en una economía dependiente que en una economía central, avanzada (Marini, 1979, p. 8).

Esta tendência contraditória revela o acirramento das contradições do modo de produção capitalista na periferia. Por um lado temos, pela via da superexploração da força de trabalho, a restrição do consumo da classe trabalhadora. Por outro lado, essa maior exploração se traduz numa maior apropriação da mais-valia pela classe dona dos meios de produção. De acordo com o autor, “*la estructura del consumo individual responde a la de la distribución del ingreso que comprende la plusvalía no acumulada y el capital variable*” (Marini, 1979, p. 9).

Resumindo: a inserção da América Latina na circulação internacional cria um ciclo do capital com especificidades, que a diferencia das economias centrais. Entre as particularidades desse processo histórico identificamos: i) uma produção voltada ao exterior, geralmente produtora de alimentos e matérias primas, fazendo com que o trabalhador seja mais importante como produtor do que como consumidor; ii) o papel-chave do capital estrangeiro; iii) a superexploração da força de trabalho, como mecanismo de compensação das pequenas e médias empresas diante da transferência de mais-valia para as empresas mais avançadas tecnologicamente; iv) a intensificação da criação de um exército industrial de reserva.

Apesar de nossas economias manterem as características estruturais da dependência (transferência de valor e superexploração da força de trabalho), elas se reconfiguram a cada momento histórico. Neste sentido, abordaremos na seguinte seção as economias latino-americanas no momento atual, caracterizado por um padrão de reprodução do capital de especialização produtiva.

As economias latino-americanas frente ao padrão atual de reprodução do capital

O conceito “padrão de reprodução do capital”, desenvolvido por Nilson Araújo de Souza e Jaime Osorio, considera que é possível caracterizar períodos históricos em que o capital se reproduz de forma específica e em espaços territoriais determinados.

O atual padrão de reprodução do capital, conformado a partir das últimas duas décadas do século XX, chamado por Osorio (2005) *Padrão exportador de especialização produtiva*, é marcado pela grande atuação do capital estrangeiro. Porém, a entrada do capital externo nos países latino-

americanos se deu já no pós-segunda guerra mundial com a criação de órgãos internacionais e a implementação de políticas econômicas impostas pelos Estados Unidos aos países latino-americanos. Isso também foi possível porque respondia as necessidades de uma fração interna da burguesia dos países da região.

Segundo Bamberger (2013), para que a industrialização sob domínio estrangeiro fosse possível nos países dependentes, no imediato pós-segunda guerra, convergiram determinados interesses do centro hegemônico, entre eles: i) o processo de renovação tecnológica no centro (o qual requer desfazer-se de máquinas e equipamentos obsoletos); ii) estímulo criado pelas barreiras cambiais que funcionam no interior dos países dependentes; iii) contingentes de força de trabalho barata; iv) disponibilidade de divisas nas economias dependentes (por exportações de produtos primários) que possibilitam a remessa de lucros; v) existência de certa infraestrutura que facilitaria o processo de acumulação de capital (meios de comunicação, acesso a fontes de energia, recursos naturais, quadros profissionais, técnicos e científicos); vi) fatores de natureza política, como por exemplo, facilidades para realizar remessas de lucros, estabilidade monetária e supressão de barreiras fiscais (Bamberger, 2013, p. 134-136).

A partir da década de 1980, os EUA necessitavam superar as crises que se apresentaram nas recessões de 1967 e 1974. Entre as políticas implementadas pode-se destacar as *Reaganomics* e o Consenso de Washington. Essas estratégias não fizeram mais que aprofundar sua própria crise e arrastá-la ao resto do mundo.

Em diagnóstico norte-americano, a crise era resultante de perda da supremacia econômica para o Japão e a Alemanha, que provocara o *déficit* crônico de sua balança comercial, além do aumento do salário real dos trabalhadores estadunidenses e da subida dos preços das matérias-primas oriundas dos países da periferia, que teriam diminuído a rentabilidade e a competitividade das empresas (Souza, 2009).

Neste sentido, a política econômica de Ronald Reagan, estava constituída por cinco pilares: i) redução de impostos para dinamizar a demanda efetiva; ii) desvalorização do dólar e ampliação de medidas protecionistas a modo de tornar as mercadorias estadunidenses mais competitivas; iii) aumento da taxa básica de juros para atrair capitais do exterior; iv) pressionar salários para baixo, assim como os preços das matérias primas importadas para

recuperar a taxa de lucro e retomar assim o investimento produtivo; v) aumento do gasto militar (Souza, 2009, p. 96). O impacto das *Reaganomics* na América Latina tornou a década de 1980 na “década perdida”. O aumento das taxas de juros provocou a multiplicação em quatro vezes do endividamento dos países latino-americanos com os Estados Unidos, passando de U\$S 60 bilhões em 1970, para U\$S 222 bilhões em 1980 (Souza, 2009, p. 112). A esse aumento da dívida externa deve-se somar a constante perda via intercâmbio desigual, resultado da caída dos preços dos produtos primários que encabeçavam a pauta de exportações dos países latino-americanos.

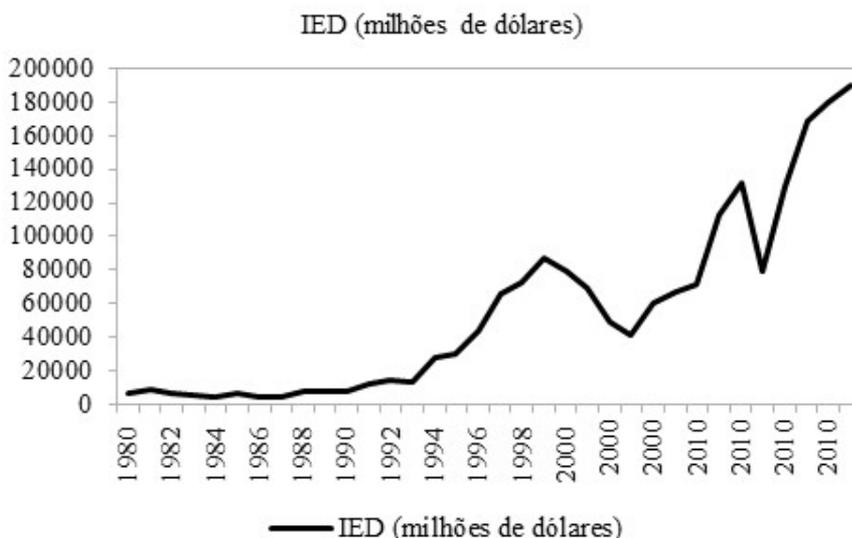
Dada a extensão da crise, Estados Unidos realizou um novo diagnóstico. Nesta oportunidade se colocou como elemento causal o excesso de Estado na economia (Souza, 2009, p. 122). Deste modo, o documento formulado por um grupo de acadêmicos, funcionários do governo e executivos das transnacionais estadunidenses, do FMI e do Banco Mundial, conhecido como “Consenso de Washington”, propunha como estratégia para superar a crise: i) a abertura econômica; ii) a privatização de empresas estatais; iii) a desregulamentação financeira; iv) a flexibilização das leis trabalhistas (Souza, 2009). Os resultados na América Latina são bastante conhecidos: redução nas tarifas de importação, assinatura de tratados de livre comércio, desindustrialização, precarização das relações trabalhistas, privatização de empresas estatais e aumento da dívida externa.

A inserção dependente da América Latina na economia mundial manifesta o acirramento das contradições do capitalismo nos períodos de crise, agravando a transferência de valor para o exterior, e com ela, a sua condição dependente. Porém, a forma que essa transferência assume depende do momento histórico. De acordo com Souza (1992), o imperialismo realizou a integração mundial, via exportação de capital, de três formas. Num primeiro momento, desde o final do século XIX, essa integração se deu sob a forma de empréstimos, e a transferência de valor se dava via pagamento de juros. Num segundo momento, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, a exportação de capital se deu via instalação das próprias empresas transnacionais, estadunidenses principalmente; a transferência de valor ocorria pela via da remessa de lucro. Por último, desde fins dos anos sessenta, com a formação de excedentes nos países centrais, a exportação de capital assume, principalmente, a forma de empréstimos. De acordo com Souza (1992, p. 75) “daí em diante, a espoliação pela via financeira passa a predominar sob as demais formas. Em

todos esses momentos, tem ocorrido a espoliação pela via comercial, mas sempre subordinada à forma central de internacionalização do capital”.

O crescimento do investimento externo direto (IED) na América Latina nos últimos anos ilustra a internacionalização do capital citada anteriormente. Embora haja variação constante da taxa de crescimento do IED, o aumento nos valores absolutos é bastante expressivo, passando de 6,1 bilhões de dólares em 1980 para 189,5 bilhões de dólares em 2013.

Gráfico 1
América Latina: crescimento do IED, 1980-2013



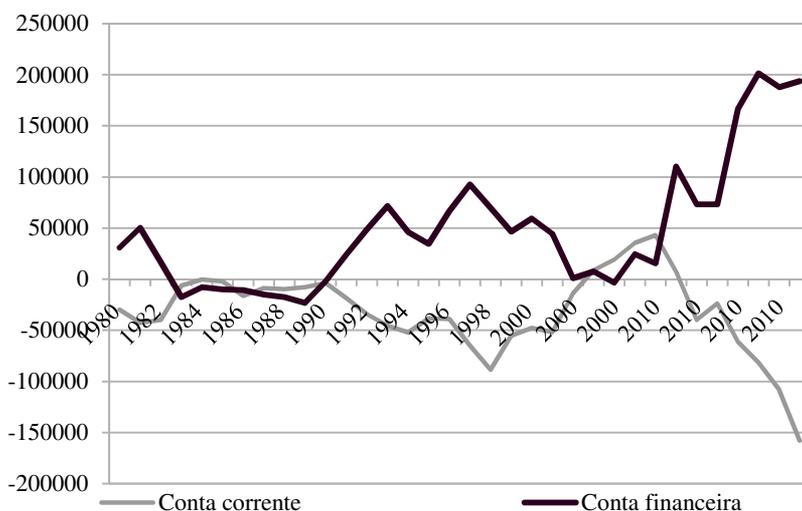
Fontes: Cepal (2001; 2006; 2014).

O balanço de pagamentos⁶ da América Latina expressa muito bem o atual padrão de reprodução. É possível observar (Gráfico 2) que a partir da

(6) O balanço de pagamentos é o registro contável das transações de uma determinada economia com o resto do mundo. As duas principais contas são a conta corrente e a conta financeira. A primeira apresenta o saldo conjunto de: i) balança de bens e serviços (exportações menos importações), ii) balança de rendas (registra recebimentos e pagamentos de juros, dividendos e utilidades); iii) transferências correntes (registra recebimentos e envios de dinheiro ao exterior). A segunda, a conta financeira, apresenta: i) entrada (e saída) de investimentos diretos; ii) títulos de dívida (compra ou venda); iii) outro tipo de investimento (capital especulativo).

década de 1990, com a abertura generalizada das nossas economias, ocorrem dois fenômenos de forma conjunta. O primeiro está vinculado a liberalização do comércio, que promoveu a importação de bens e serviços, tornando o balanço comercial negativo. Esse resultado se manifesta na conta corrente, a qual assume saldo negativo desde então, com um período positivo (2002-2007) vinculado ao incremento nos preços das *commodities*. O segundo fenômeno está vinculado à liberalização da entrada de capital (assim como a livre saída, movimento que se manifesta na conta corrente); o mesmo se demonstra no incremento da conta financeira. Ou seja, o saldo negativo da conta corrente é compensado pelo saldo positivo da conta financeira. Porém, essa compensação coloca uma armadilha e reproduz uma lógica perversa, já que as entradas da conta financeira, no curto ou médio prazo, voltarão aos países de origem, porque serão enviadas ao exterior progressivamente via remessa de lucro, dividendos e/ou juros, o que faz com que cada vez se necessite mais IED e investimentos em carteira (capital especulativo) para compensar a conta corrente e equilibrar o balanço de pagamentos.

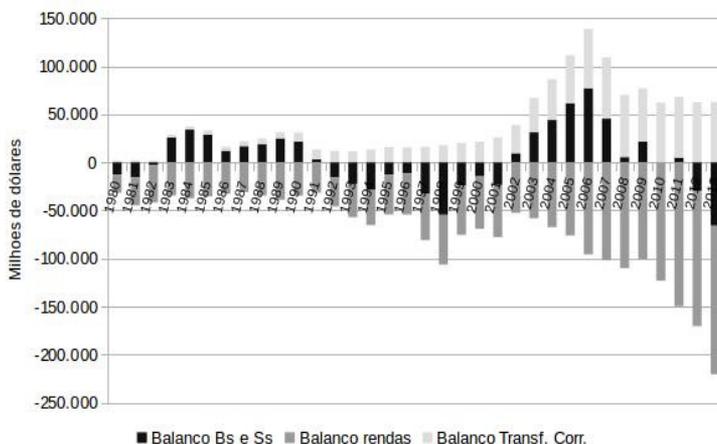
Gráfico 2
América Latina: balanço de pagamentos, 1980-2013 (milhões de dólares)



Fonte: Cepal (2001; 2006; 2014). Elaboração própria.

Analisando separadamente o comportamento da conta corrente, podemos verificar que o balanço de rendas é o principal responsável pelo saldo crescentemente negativo. O balanço de bens e serviços varia em função da conjuntura internacional, assumindo saldos positivos no *boom* exportador (aumento dos preços das *commodities* e incremento da demanda chinesa pelos nossos produtos de exportação). A partir de 2012 o saldo comercial reverte a tendência da última década, ficando negativo.

Gráfico 3
América Latina: balanço da conta corrente, 1980-2013



Elaboração própria. Fonte: Cepal, 2001; 2006; 2014.

A estrutura do setor produtivo da região acaba por não conseguir superar esta nova subordinação à livre mobilidade de capitais, que muitas vezes são especulativos e geram, com suas fugas, sérios impactos sobre as taxas de câmbio na região. A lógica da atração de IED pode interferir na composição da pauta exportadora, visto que incluem-se bens secundários principalmente pela implantação de maquiladoras. Porém, os principais produtos exportados da América Latina continuam sendo primários, tal como se apresenta na Tabela 1.

Tabela 1
América Latina: principais produtos de exportação, 2014

PAÍS	1º	2º	3º
VENEZUELA	Aceites crusos de petróleo (77,4%)	Aceites de petróleo (16,5%)	Alcoholes (1%)
ECUADOR	Aceites crusos de petróleo (50,6%)	Bananas o plátanos, frescos/secos (10,2%)	Crustáceos (10%)
COLOMBIA	Aceites crusos de petróleo (47%)	Hullas; briquetas (11,8%)	Aceites de petróleo (5,2%)
MÉXICO	Aceites crusos de petróleo (9%)	Coche de turismo (8%)	Partes de vehículos automóviles (5,7%)
BOLIVIA	Gas de petróleo (46,8%)	Oro (10,6%)	Minerales de cinc (7,6%)
CHILE	Cobre refinado (23,6%)	Minerales de cobre y sus concentrados (22%)	Cobre sin refinar (4%)
PERÚ	Minerales de cobre (17,9%)	Oro (14,6%)	Aceites de petróleo (8,6%)
BRASIL	Minerales de hierro (11,5%)	Habas de soja (10,3%)	Aceites crusos de petróleo (7,3%)
PARAGUAY	Habas de soja (23,9%)	Energía eléctrica (22,5%)	Residuos sólidos aceite de soja (11,5%)
URUGUAY	Habas de soja (17,9%)	Carne bovina, congelada (11,5%)	Arroz (5,6%)
ARGENTINA	Residuos sólidos aceite de soja (17%)	Vehículos automóviles (5,6%)	Habas de soja (5,5%)
HONDURAS	Café, té, yerba mate (17%)	Máquinas y material eléctrico (14%)	Pescados y crustáceos, moluscos (9%)
GUATEMALA	Azúcares y arts. Confitería (10%)	Frutos comestibles (9%)	Prendas de vestir (9%)
EL SALVADOR	Prendas de vestir (40%)	Materias plásticas y manufacturas (6%)	Papel, cartón y sus manufacturas (5%)
NICARAGUA	Prendas de vestir (29%)	Máquinas y material eléctrico (12%)	Carne y despojos comestibles (9%)
COSTA RICA	Máquinas y material eléctrico (22%)	Frutos comestibles (17%)	Instrumentos óptica y fotografía (16%)

Fonte: Trade Map. Elaboração própria.

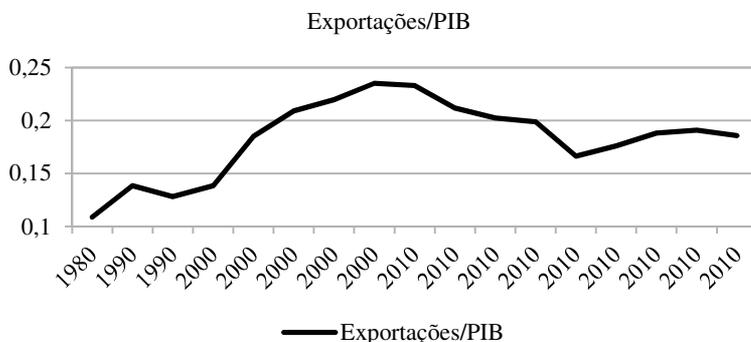
A Tabela 1 apresenta os três principais produtos de exportação dos países latino-americanos para o ano de 2014. Fica evidente a pauta primário-exportadora da região. Na tabela, os países estão organizados segundo o principal produto exportado na região (petróleo, minerais, agrícolas, têxteis, maquinaria) e importância desse produto sobre o total de exportações. Os exemplos de maior concentração na pauta exportadora são: Venezuela, Equador, Colômbia e Bolívia. Mesmo se esses setores estiverem controlados pelos estados nacionais, sofrem com a vulnerabilidade de estarem expostos a variação do preço das *commodities*.

Nas últimas décadas houve expressivo crescimento das exportações latino-americanas. Este crescimento pode representar o fim ao projeto de industrialização em muitos países, como Brasil e México. Essa nova alavancagem das exportações está articulada em eixos que fazem parte de

grandes cadeias produtivas globais, na maioria das vezes sob a direção de empresas transnacionais (Osorio, 2012).

A importância das exportações em relação ao PIB demonstra porque o padrão atual de reprodução de capital latino-americano pode ser considerado exportador. Embora o Gráfico 4 mostre um leve decréscimo decorrente da crise econômica de 2008, a relação exportações/PIB cresceu de 10,9% em 1980 para 18,6% em 2013; considerando inclusive o aumento dos PIB no mesmo período. Mais uma vez se evidencia que estamos frente a um padrão de reprodução voltado para o mercado externo.

Gráfico 4
América Latina: relação exportações/PIB, 1980-2013



Fonte: Cepal (2001; 2006; 2014). Elaboração própria.

A especialização produtiva aparece como característica do atual padrão de reprodução. A mesma se apoia nos eixos agrícolas, mineiros industriais (no caso das maquilas e das situações criadas pelo círculo vicioso do IED) e de serviços.

Segundo Osorio (2012, p. 113),

a especialização produtiva exportadora encontra-se associada a uma espécie de reedição, sob novas condições, de novos enclaves, à medida que um número reduzido de atividades, geralmente muito limitadas e que concentram o dinamismo da produção, operam sem estabelecer relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local, ao demandar prioritariamente do exterior equipamentos, bens intermediários e, em alguns casos, até matérias primas, para não falar da tecnologia e do

design, sendo os salários e impostos o aporte fundamental à dinâmica da economia local.

Considerações finais

Este trabalho buscou partir da explicação geral e abstrata do funcionamento da economia capitalista, entender o funcionamento das economias dependentes latino-americanas, para finalmente localizar as mesmas frente ao período histórico atual, que Jaime Osorio caracteriza como padrão exportador de especialização produtiva.

É possível constatar que a organização econômica latino-americana continua em função do “mercado internacional”, ou seja, continua respondendo as exigências das economias avançadas, assim como também vem respondendo, durante a última década, às exigências de economias de maior desenvolvimento relativo, como é o caso da China. O que demonstra a manutenção e reprodução da posição vulnerável e dependente das mesmas: vulnerável a conjuntura e dependente da estrutura.

No novo padrão de reprodução do capital da América Latina não existe projeto regional e autônomo de desenvolvimento (diferente do período 1930-1950). É o capital internacional que vai decidir em que regiões e em que setores de produção investir. Além de receber, claro, as remessas de lucros, juros e dividendos pelas atividades aqui desenvolvidas. Por sua vez, deixa para a América Latina a responsabilidade dos riscos e incertezas das atividades econômicas do sistema capitalista mundial.

Entendemos que existem vias para superar a condição de economias dependentes. A aplicação das mesmas dependerá da correlação de forças do momento histórico. Dentre elas podemos mencionar: estatização dos principais setores econômicos estratégicos, controle do envio de remessas ao exterior e melhora do salário real. Cada uma das medidas tomadas devem se dirigir no sentido de diminuir a transferência de valor, assim como a superexploração da força de trabalho.

Referências bibliográficas

ÁLVAREZ, J. E. Elementos de economía política de la política social en América Latina. In: ESTRADA ALVAREZ, J. (Org.). *La crisis capitalista mundial y América Latina: lecturas de economía política*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2012.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

CEPAL. *Anuário estadístico de América Latina y el Caribe, 2001*. Disponível em: www.repositorio.cepal.org. Acesso em: 1 jun. 2015.

CEPAL. *Anuário estadístico de América Latina y el Caribe, 2006a*. Disponível em: www.repositorio.cepal.org. Acesso em: 3/ jun. 2015.

CEPAL. América Latina y el Caribe: balanza de pagos 1980-2005. *Cuadernos estadísticos, n. 33.2006b*. Disponível em: www.repositorio.cepal.org. Acesso em: 1 jun. 2015.

CEPAL. *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe, 2014*. Disponível em: www.repositorio.cepal.org. Acesso em: 9 jun. 2015.

FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. *La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo*. 1972. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx>. Acesso em: 21 maio 2015.

MARINI, Ruy Mauro. *El ciclo del capital en la economía dependiente*. 1979. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx>. Acesso em: 21 maio 2015.

MARX, Karl. *El Capital*. Crítica de la economía política. México: Siglo XXI, 2009.

OSORIO, J. Patrón de reproducción del capital, crisis y mundialización. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL REGGEN: alternativas globalização. Rio de Janeiro: Unesco, 2005. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/reggen/pp17.pdf>. Acesso em: 15 maio 2015.

SOUZA, Nilson Araújo de. *Teoria marxista das crises*. Editora Global. UFMS, 1992.

Sites estatísticos consultados

Investing – www.es.investing.com.

Trade Map – www.trademap.org.